



O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO CUIDADO À SAÚDE DE MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA

LUCAS DE AGUIAR ALVARADO; DENER KAIQUE CARDOSO DA SILVA; ISABELA TIBURCIO CABRAL

RESUMO

O cuidado à saúde de populações vulneráveis, como os moradores em situação de rua, é um desafio significativo para a saúde pública, devido a fatores como insegurança alimentar, condições de vida adversas, acesso limitado a serviços de saúde, estigmas sociais e alta prevalência de problemas de saúde mental e dependência química, que refletem desigualdades estruturais. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) busca garantir o direito à saúde para todos, tendo na Atenção Primária à Saúde (APS) um papel essencial como porta de entrada do sistema. Por meio de estratégias como os Consultórios na Rua e a Estratégia Saúde da Família (ESF), a APS promove a equidade e enfrenta barreiras culturais e administrativas, como a exigência de endereço fixo para cadastro no SUS, o estigma social associado à situação de rua e a complexidade das demandas de saúde dessa população, que frequentemente envolvem múltiplos problemas físicos, mentais e sociais. A atuação interdisciplinar de equipes compostas por médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais permite superar essas dificuldades, oferecendo cuidados humanizados e integrados. Além disso, a busca ativa, que leva o atendimento aos locais onde essas pessoas vivem, e a construção de vínculos de confiança com os usuários têm se mostrado estratégias eficazes para ampliar o acesso aos serviços de saúde. Contudo, o enfrentamento dessas desigualdades exige ações intersetoriais que integrem políticas públicas de assistência social, habitação e segurança alimentar, além de investimentos no fortalecimento da APS e na formação contínua de profissionais. Garantir saúde a essa população vulnerável é reafirmar o compromisso ético com um sistema de saúde universal, equitativo e inclusivo, promovendo dignidade e cidadania.

Palavras-chave: População de rua; Saúde pública; Consultório de rua; Atenção básica; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O cuidado à saúde das populações vulneráveis, como os moradores em situação de rua, representa um dos maiores desafios da saúde pública atual. Essa população enfrenta uma série de vulnerabilidades que impactam diretamente sua saúde, incluindo insegurança alimentar, exposição a condições adversas, falta de acesso contínuo aos serviços de saúde e alta prevalência de problemas de saúde mental e dependência química. Esses fatores são reflexos das desigualdades sociais e estruturais, exigindo respostas efetivas e inclusivas do sistema de saúde.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) adota a universalidade como princípio, buscando garantir o direito à saúde para todos, inclusive para as pessoas em situação de rua. Para garantir a efetividade desse direito, é necessário fortalecer estratégias específicas na Atenção Primária à Saúde (APS), que serve como porta de entrada para os serviços de saúde. Por meio de ações como os Consultórios na Rua e políticas públicas integradas, a APS

desempenha um papel fundamental na promoção de equidade e na superação das barreiras que dificultam o acesso ao cuidado por parte dessa população.

Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, moradores em situação de rua são aqueles que utilizam espaços públicos ou áreas degradadas como locais de moradia e sustento, de maneira permanente ou temporária, devido à extrema pobreza, vínculos familiares frágeis ou inexistentes e ausência de moradia convencional. A Organização das Nações Unidas (ONU) também define essa população como indivíduos sem acesso regular a habitações seguras e permanentes, dependendo de abrigos temporários ou da própria rua. Essas definições revelam a condição de extrema vulnerabilidade vivida por essa população.

A situação de rua é um reflexo de múltiplos fatores sociais, econômicos e pessoais que frequentemente se entrelaçam e reforçam uns aos outros. Entre as principais causas dessa condição, destacam-se desemprego, pobreza extrema, violência doméstica, conflitos familiares, problemas de saúde mental e dependência química.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o ponto de contato inicial das pessoas com o sistema de saúde, sendo responsável por fornecer cuidados abrangentes, acessíveis e contínuos. No Brasil, a APS é a base do SUS e atua como a porta de entrada preferencial para os serviços de saúde, garantindo acesso universal e igualitário. Sua principal função é atender de forma integral às necessidades de saúde da população, organizando o sistema de saúde para que serviços especializados e hospitalares sejam utilizados apenas quando necessário. A APS é orientada por princípios como territorialização, continuidade, coordenação do cuidado e foco na promoção da saúde e prevenção de doenças. A APS é um instrumento fundamental na promoção da equidade em saúde, pois integra ações preventivas, curativas e de promoção da saúde, levando em consideração as condições de vida e as necessidades específicas de cada comunidade. Essa abordagem torna a APS um espaço privilegiado para a construção de um sistema de saúde mais justo e inclusivo.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a principal modalidade de organização da APS no Brasil, composta por equipes multiprofissionais que atuam em territórios específicos, com o objetivo de oferecer cuidados integrados e contínuos à comunidade. No atendimento à população em situação de rua, a ESF tem um papel crucial ao colaborar com as equipes dos Consultórios na Rua, que foram criadas para atender especificamente as necessidades dessa população. Dessa forma, a APS demonstra seu potencial em enfrentar desigualdades em saúde e garantir que populações historicamente excluídas sejam alcançadas por políticas públicas humanizadas e eficazes.

O objetivo dessa revisão narrativa é analisar o papel da APS no atendimento à população em situação de rua, elencando os principais desafios enfrentados pelos serviços de saúde.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração dessa revisão narrativa, foi utilizada a base de dados PubMed. Os descritores utilizados e associados foram “Pessoas em Situação de Rua” e “Acesso à Atenção Primária”. Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2018 e 2023, resultando em 159 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos de forma independente pelos autores, foram elegidos 4 trabalhos para leitura completa, que se enquadravam nos critérios de inclusão definidos para esse trabalho.

Os critérios de inclusão utilizados foram: ser um trabalho de revisão que aborde a temática do acesso de pessoas em situação de rua à atenção primária à saúde, disponíveis na íntegra.

Foram excluídos estudos observacionais, intervencionistas, relatos de caso ou que tratassem de temáticas específicas, como infecções sexualmente transmissíveis ou transtornos psiquiátricos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde enfrenta desafios consideráveis, desde questões administrativas até barreiras culturais e estruturais. Essas dificuldades comprometem diretamente a efetividade do cuidado e a garantia dos direitos dessa população. Entre as principais barreiras, destacam-se:

- **Dificuldades de Cadastro no SUS:** A exigência de um endereço fixo para o cadastro no SUS é uma das maiores barreiras enfrentadas pelos moradores de rua, dificultando o acesso regular a serviços de saúde como consultas e tratamentos. Embora existam orientações para flexibilizar essa exigência, sua implementação é inconsistente, limitando o alcance das políticas de saúde para essa população.
- **Estigma e Preconceito:** O estigma social associado à situação de rua é uma barreira frequente, tanto na sociedade quanto entre profissionais de saúde. Essa discriminação pode resultar em atendimentos superficiais ou discriminatórios, excluindo essa população dos serviços de saúde.
- **Complexidade das Demandas de Saúde:** As necessidades de saúde da população em situação de rua frequentemente envolvem múltiplos problemas, tanto físicos quanto mentais e sociais, o que torna o cuidado mais desafiador.

Essas complexidades exigem equipes bem preparadas e uma abordagem interdisciplinar, muitas vezes ausente ou insuficientemente estruturada nos serviços de saúde disponíveis.

As equipes da APS desenvolvem ações focadas na complexidade das necessidades dessa população, priorizando abordagens humanizadas e territorializadas. A atuação das equipes é guiada pela busca ativa, que envolve identificar e abordar moradores em situação de rua nos espaços onde eles vivem, como praças, viadutos e abrigos.

A construção de um vínculo de confiança entre as equipes e os usuários é essencial para o sucesso das intervenções. Com esse vínculo, os usuários se sentem mais seguros para relatar suas necessidades e participar ativamente das decisões sobre o tratamento. As equipes dos Consultórios na Rua são compostas por profissionais de diversas áreas, como enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais e agentes comunitários de saúde. A abordagem interdisciplinar permite tratar de maneira integrada as diversas demandas de saúde física, mental e social, oferecendo cuidados mais eficazes e humanizados.

Investir na formação contínua dos profissionais e na promoção de práticas humanizadas fortalece o impacto das equipes dos Consultórios na Rua, contribuindo para reduzir desigualdades em saúde e promover o cuidado integral à população em situação de rua.

O fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) é essencial para ampliar o acesso e a qualidade do cuidado para populações vulneráveis, como os moradores em situação de rua.

Como porta de entrada do SUS, a APS tem o potencial de reduzir desigualdades e promover equidade, levando serviços de saúde diretamente a quem mais precisa. Isso é especialmente importante para populações historicamente marginalizadas, que enfrentam barreiras significativas para acessar cuidados adequados.

O cuidado à população em situação de rua vai além do âmbito da saúde, demandando ações intersetoriais que integrem diferentes políticas públicas, como assistência social, habitação, educação e segurança alimentar. Essas parcerias são essenciais para enfrentar as causas estruturais que geram vulnerabilidade social e afetam diretamente a saúde dessa população.

4. CONCLUSÃO

Embora iniciativas como os Consultórios na Rua e a atuação da APS tenham mostrado resultados promissores, é fundamental ampliar as pesquisas sobre o impacto dessas

intervenções. Produzir conhecimento científico sobre essas ações contribui para sua continuidade e expansão, além de orientar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

O fortalecimento da APS, aliado a políticas públicas inclusivas e ações intersetoriais, é uma resposta urgente e necessária para melhorar o acesso e a qualidade do cuidado à população em situação de rua. Garantir a inclusão e o respeito a essa população é não apenas um desafio técnico, mas também um compromisso ético e social. Somente por meio de um sistema de saúde verdadeiramente universal e equitativo será possível transformar a realidade de vulnerabilidade, promovendo dignidade, saúde e cidadania para todos.

REFERÊNCIAS

BRITO, C.; SILVA, L. N. DA. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 151–160, jan. 2022.

DAVIES, A.; WOOD, L. J. Homeless health care: meeting the challenges of providing primary care. **Medical Journal of Australia**, v. 209, n. 5, p. 230–234, 3 set. 2018.

HAEFFNER, L. S. B. et al. Vulnerabilidade social e de saúde de pessoas em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, n. spe, 2023.

JEGO, M. et al. Improving Health Care Management in Primary Care for Homeless People: A Literature Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 2, p. 309, 10 fev. 2018.

KOPANITSA, V. et al. A systematic scoping review of primary health care service outreach for homeless populations. **Family Practice**, v. 40, n. 1, p. 138–151, 9 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, 2023.